Instituto Pesquisas de OPINIÃO

Pesquisa • Planejamento
Consultoria • Assessoria

As principais linhas de estudos sociológicos sobre a violência no Brasil

1º) a discussão sobre o que é violência e os seus principais planos e significados, procurando apontar os males a serem combatidos tendo em vista a conotação negativa que a palavra carrega;

2º) as imagens ou representações sociais do crime e da violência e o medo da população, muitas vezes apresentada como irracionalmente envenenada pela mídia que manipularia o seu sentimento de insegurança através do exagero ou da excessiva exposição de notícias sobre crimes;

3º) contar as vitimas e os crimes, ou seja, contar, na dupla denotação do termo, os números e os sentidos da vitimização ou criminalidade violenta, discriminada por gênero, idade ou cor...

4º) a procura de explicações para o aumento da violência ou da criminalidade com enfoque na relação entre a pobreza, violência e crime organizado;

5º) O problema social da criminalidade como tema de política pública, seja com o controle da criminalidade via: a) macropolíticas sociais/ autonomia da política de segurança pública e b) militarização da segurança.

A associação entre a pobreza e a criminalidade

- Com a urbanização/ industrialização das cidades um grande contingente populacional fica concentrado na periferia dos grandes centros urbanos, carentes do controle social da família, da comunidade ou da religião, expostos tanto a novos comportamentos e aspirações quanto à extrema pobreza e desorganização social;
- Este quadro é agravado pela fragmentação da unidade familiar e pela fragilidade das redes de solidariedade e cooperação, ou seja, pela escassez do sentimento de comunidade.
- Aliados a baixa qualidade de vida fatores como a miséria, os problemas de saúde, de moradia digna e de desemprego encontra-se taxas crescentes de criminalidade. Em alguns casos a criminalidade e/ou, principalmente, a conivência com ela passa a ser uma forma de sobrevivência ou de mobilidade social;
- Por estarem a margem da sociedade os pobres sofrem mais com a criminalidade violenta e, paralelamente, o seu maior temor gira em torno de atentados contra a vida.

A desigualdade social e a violência: o paradoxo dos excluídos X incluídos

- **Os Excluídos**

A sua preocupação básica é:

Condições básicas de subsistência (alimentação);

de moradia; de

saúde e higiene.

De manutenção da vida.

Estão mais sujeitos:

Códigos morais de uma ordem paralela ao Estado

- **Os Incluídos**

A sua preocupação básica é:

Educação, Informação e novas tecnologias; aquisição de novos bens de consumo duráveis; mais bens materiais.

Manutenção do padrão de vida.

Estão mais sujeitos:

Aos aparelhos ideológicos e repressivos do Estado

O controle social dos “chefes do crime”

- Os traficantes/ bandidos exercem nas comunidades pobres uma relação de poder baseado na persuasão, influência ou até na legitimidade. A afirmação de poder é legitimada por uma norma social que confere aos “chefes/ líderes do crime” o controle social, tendo em vista que utilizam a violência como um dispositivo de controle.
- As relações destes “chefes do crime” com a vizinhança lesam qualquer direito a vida e a propriedade assegurados pela Constituição, as interações sociais entre estes grupos sociais seguem códigos morais próprios.
- A relação de poder configura uma relação social inegociável porque atinge no limite as condições de sobrevivência material ou simbólica daqueles que são atingidos pelo agente da violência.

A fonte de recrutamento de “mão-de-obra”

- Como os jovens/ adolescentes, em especial os de baixo poder aquisitivo, estão em plena fase de fortalecimento da identidade masculina “aprendem” rápido as regras do “jogo” ditadas pelos “chefes do crime” e passam a viver em permanente contato e/ou em constante fuga.
- Os jovens pobres são fonte de recrutamento do crime negócio ou do crime organizado. Os jovens começam como usuários de drogas, são levados a roubar, a assaltar e até a matar para saldar dividas ou ameaças de morte.
- Cada vez mais os jovens de todos os estratos sociais incorporam práticas sociais que os tornam predadores do próximo.
- O jovens e, em especial os jovens pobres são, ao mesmo tempo, autores e vitimas de violência e criminalidade.

O “crime negócio”

O crime negócio concentra-se basicamente:

a) nas ações e intercâmbios realizadas em torno do tráfico de drogas e de armas e,

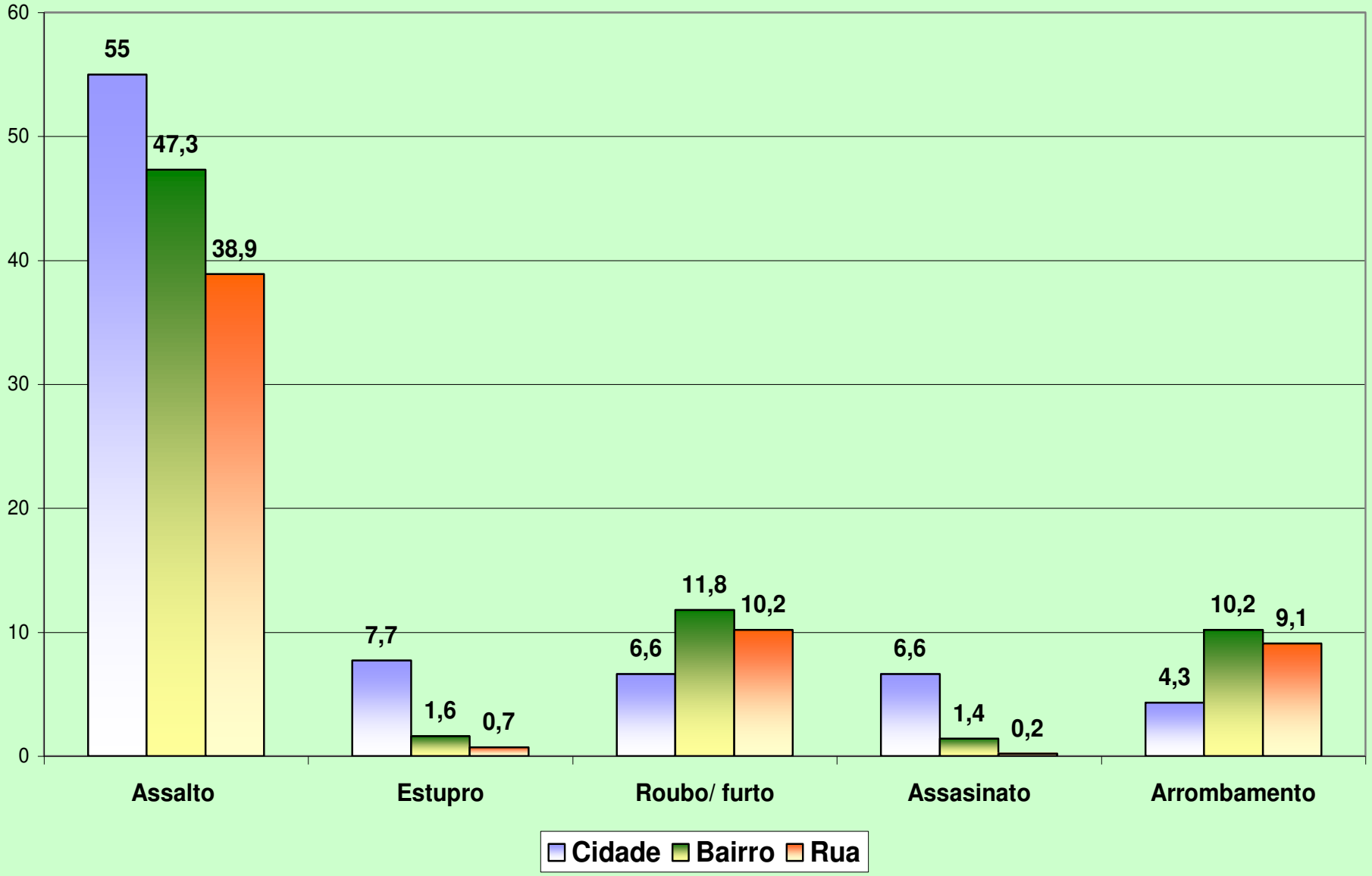
b) nas redes de escambo de mercadorias roubadas.

Por sua natureza lucrativa e, aparentemente, “menos criminosa” (por estar dizimada no senso comum) o “crime negócio” incentiva o interesse de “pais de família” e favorece a corrupção e/ou envolvimento de membros de corporações policiais e/ou militares.

O “crime negócio” alimenta os aspectos compulsivos da repetição dos atos criminosos. Seja, em função do consumo orgiástico (o que se ganha fácil sai fácil) ou pela guerra/ disputa comercial de gangues/grupos rivais.

Se de um lado o “crime negócio” “movimenta”, direta ou indiretamente, a maior parte das estatísticas de criminalidade, por outro lado estes delitos não encontram-se na lista de principais temores da população.

Os tipos de violência que a população de Pelotas mais teme em relação a cidade, ao bairro e a rua onde mora



A mão dupla da insegurança

- As pesquisas de opinião atestam a sensação de insegurança em todos os setores da sociedade, com um temor coletivo em relação a criminalidade. A diferença reside no temor em relação ao tipo de crime, enquanto a população de classe média e alta temem por danos materiais a população de classe baixa e pobre temem mais por atentados contra a vida.
- Os dados indicam que os temores em relação a atentados contra vida são maiores ao passo que o individuo se afasta de sua residência e o processo inverso ocorre com relação a danos materiais.
- Quanto maior o grau de urbanização e, paralelamente, quanto maior o poder aquisitivo maior o sentimento de insegurança. Este sentimento é alimentado por um clima de medo irracional e de paranóia pela busca de mecanismos de segurança (grades, alarmes, filmagem, vigia..) que acabam exacerbando os conflitos.
- Sob o argumento da proteção a população segue o caminho do individualismo (isolamento dos indivíduos) em detrimento do sentido de comunidade, favorecendo o esfacelamento do tecido social e contribuindo por aumentar a violência por meio da privatização da segurança

Índice de sensação de insegurança

Este índice mede a sensação de insegurança tendo em vista a região geográfica em que o entrevistado mora.

São cinco regiões (casa, rua, ruas próximas, bairro e a cidade) e a bateria de perguntas é ordenada do primeiro ao quinto item partindo do mais familiar para o menos familiar.

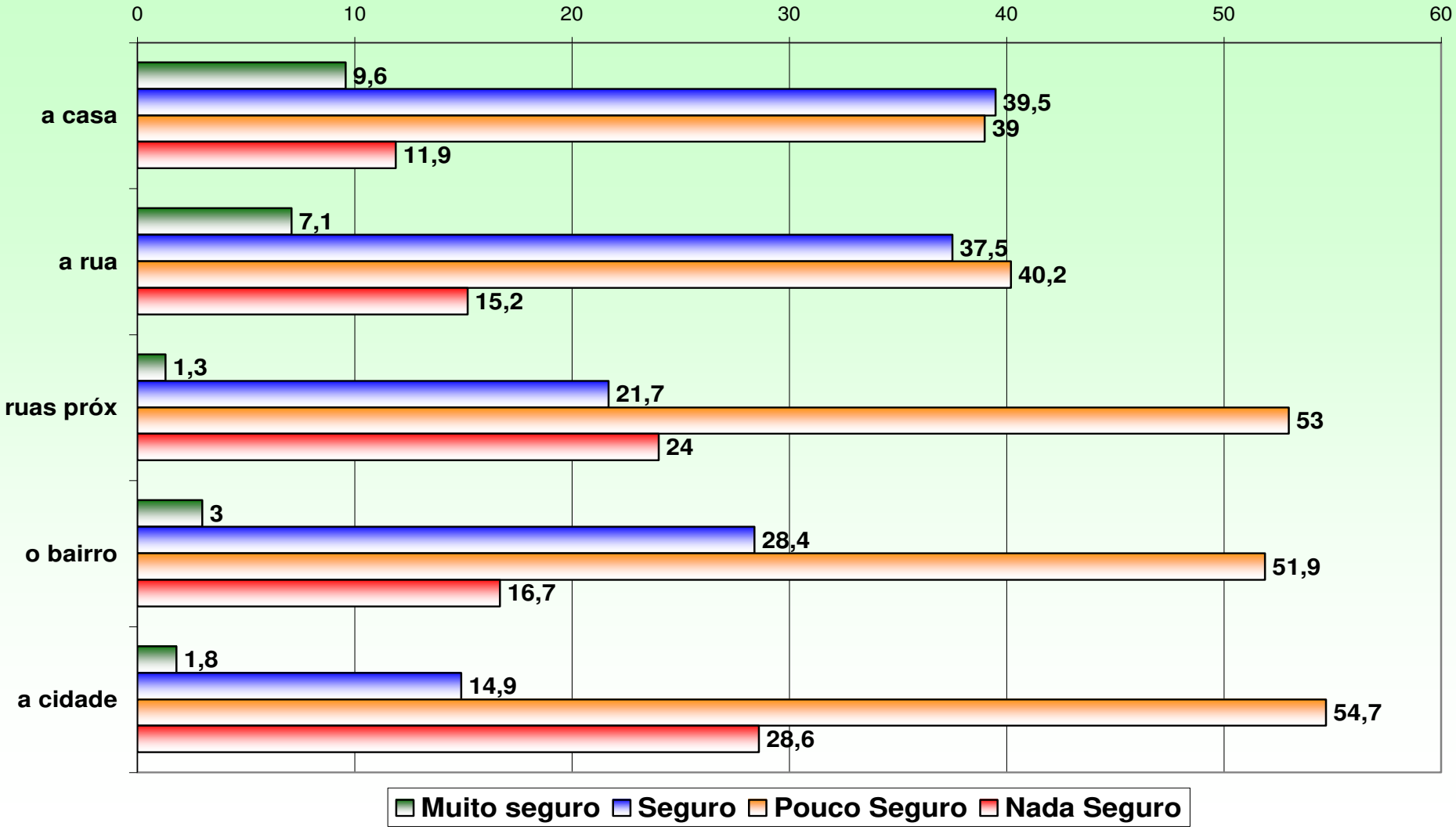
Este índice capta o impacto da familiaridade com o local na sensação de insegurança. O mais inseguro pontuará 20 e o mais seguro pontuará um índice de 5 pontos.

Maior sentimento de segurança = 5 a 9 pontos

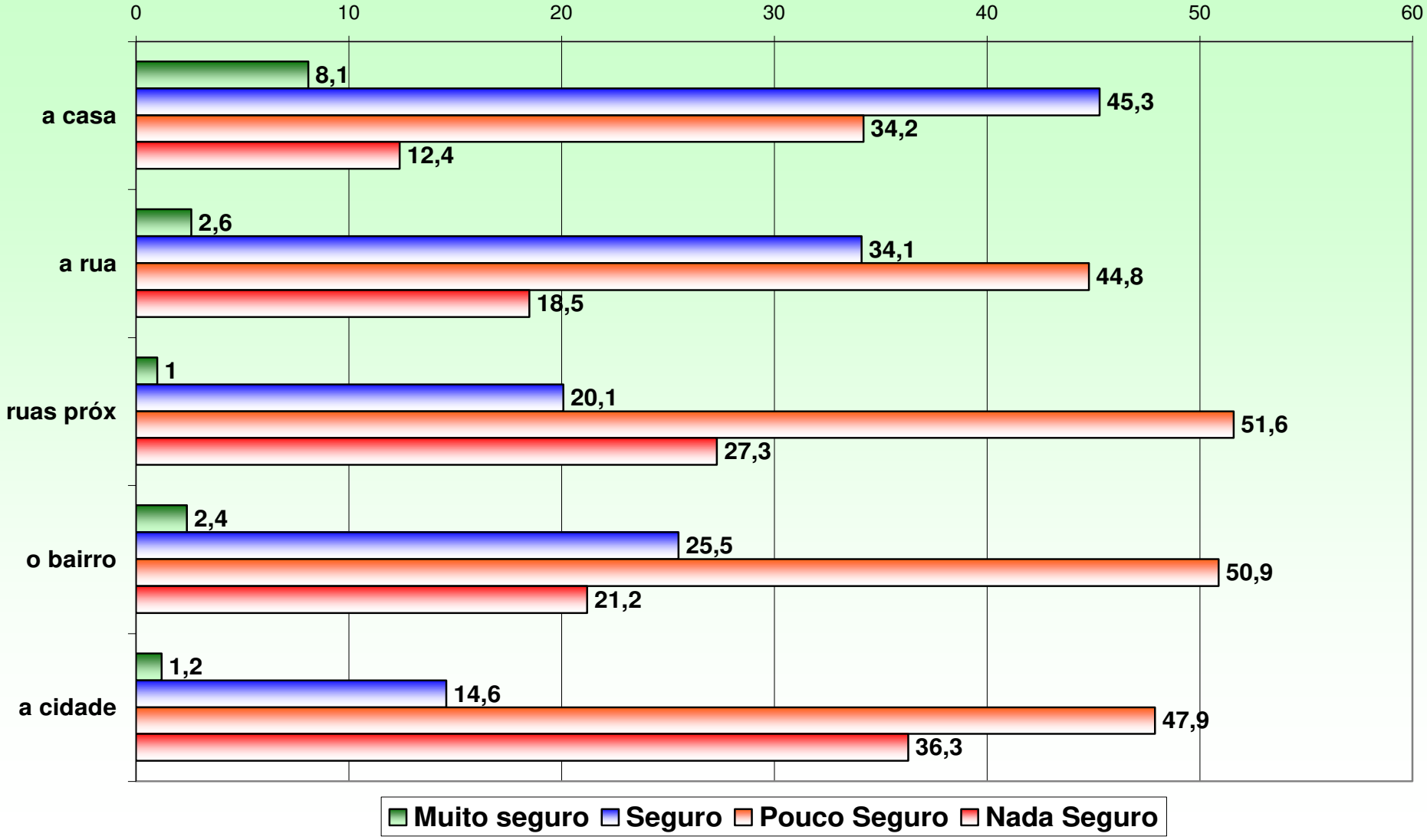
Sentimento mediano de segurança = de 10 a 14 pontos

Maior sentimento de insegurança = a partir de 15 pontos

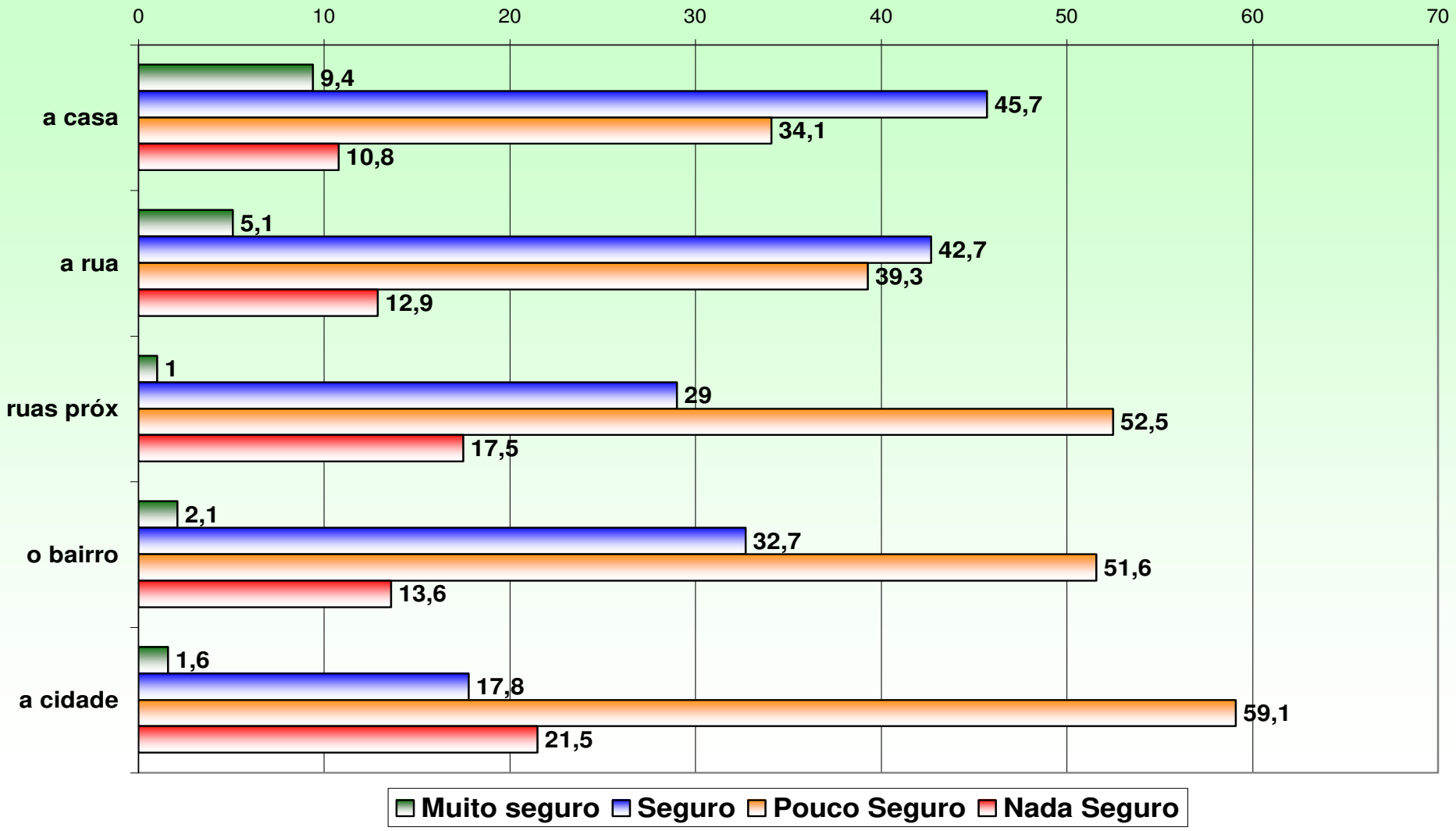
Grau de sensação de insegurança da população de **Pelotas** com base na familiaridade dos entrevistados em relação aos diversos locais que fazem parte do seu dia-a-dia (%) maio /03



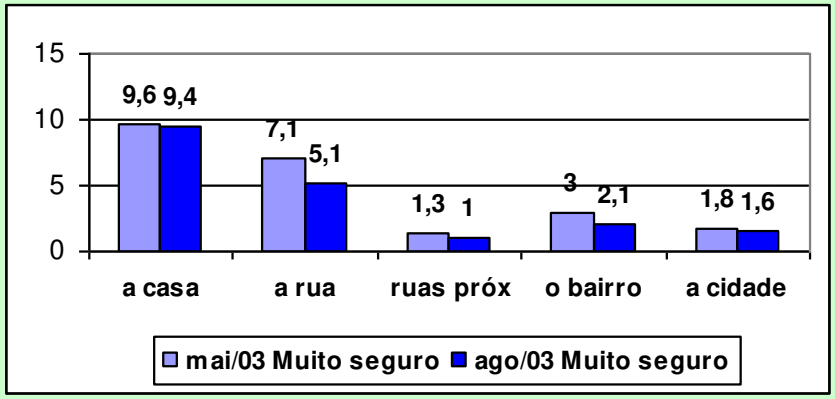
Grau de sensação de insegurança da população de **Pelotas** com base na familiaridade dos entrevistados em relação aos diversos locais que fazem parte do seu dia-a-dia (%) agosto /03

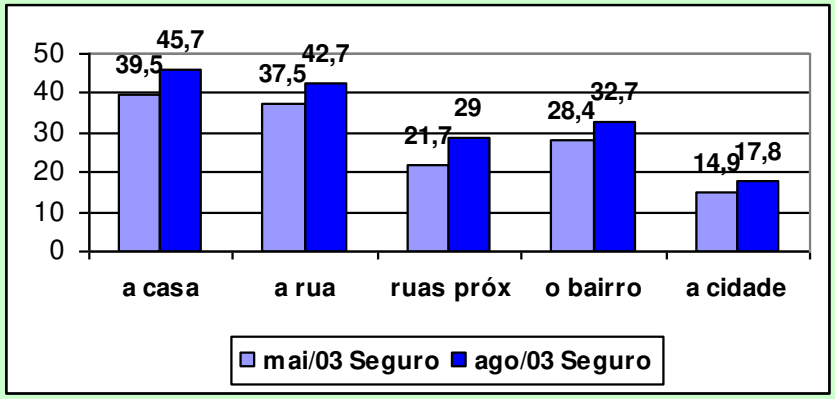


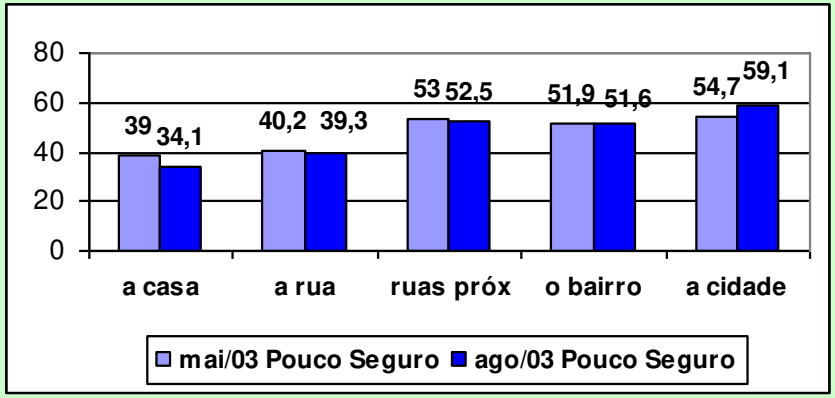
Grau de sensação de insegurança da população de **Rio Grande** com base na familiaridade dos entrevistados em relação aos diversos locais que fazem parte do seu dia-a-dia (%) agosto /03

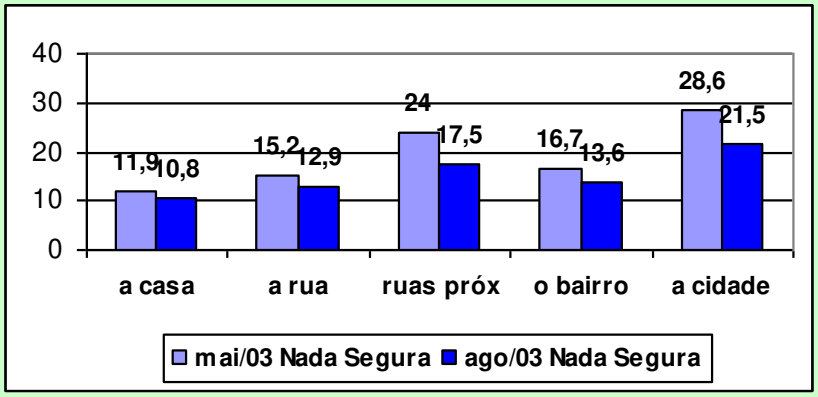


Análise comparativa do sentimento de (in)segurança da população eleitora das cidades de Pelotas e Rio Grande – RS, por localidade

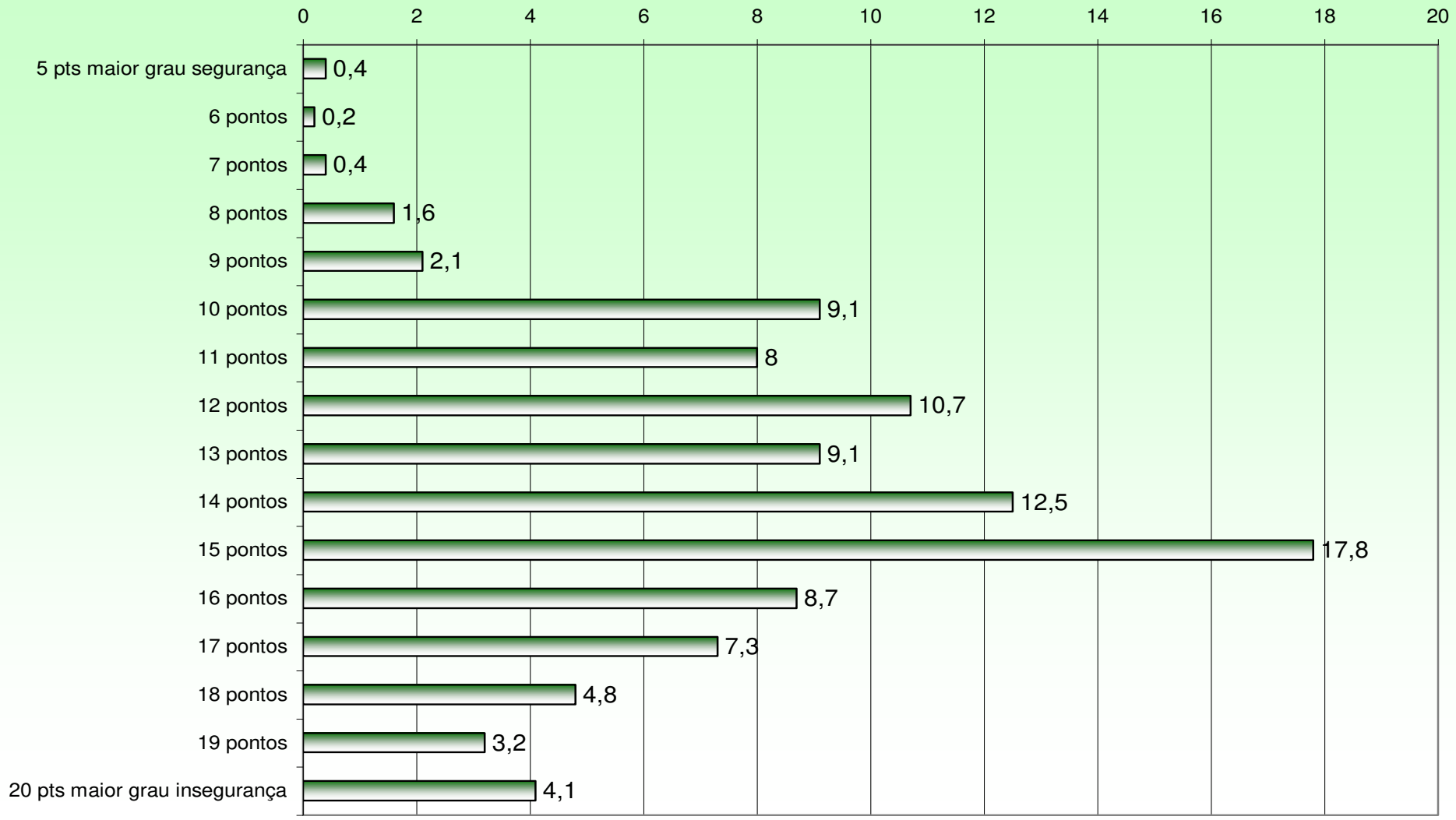




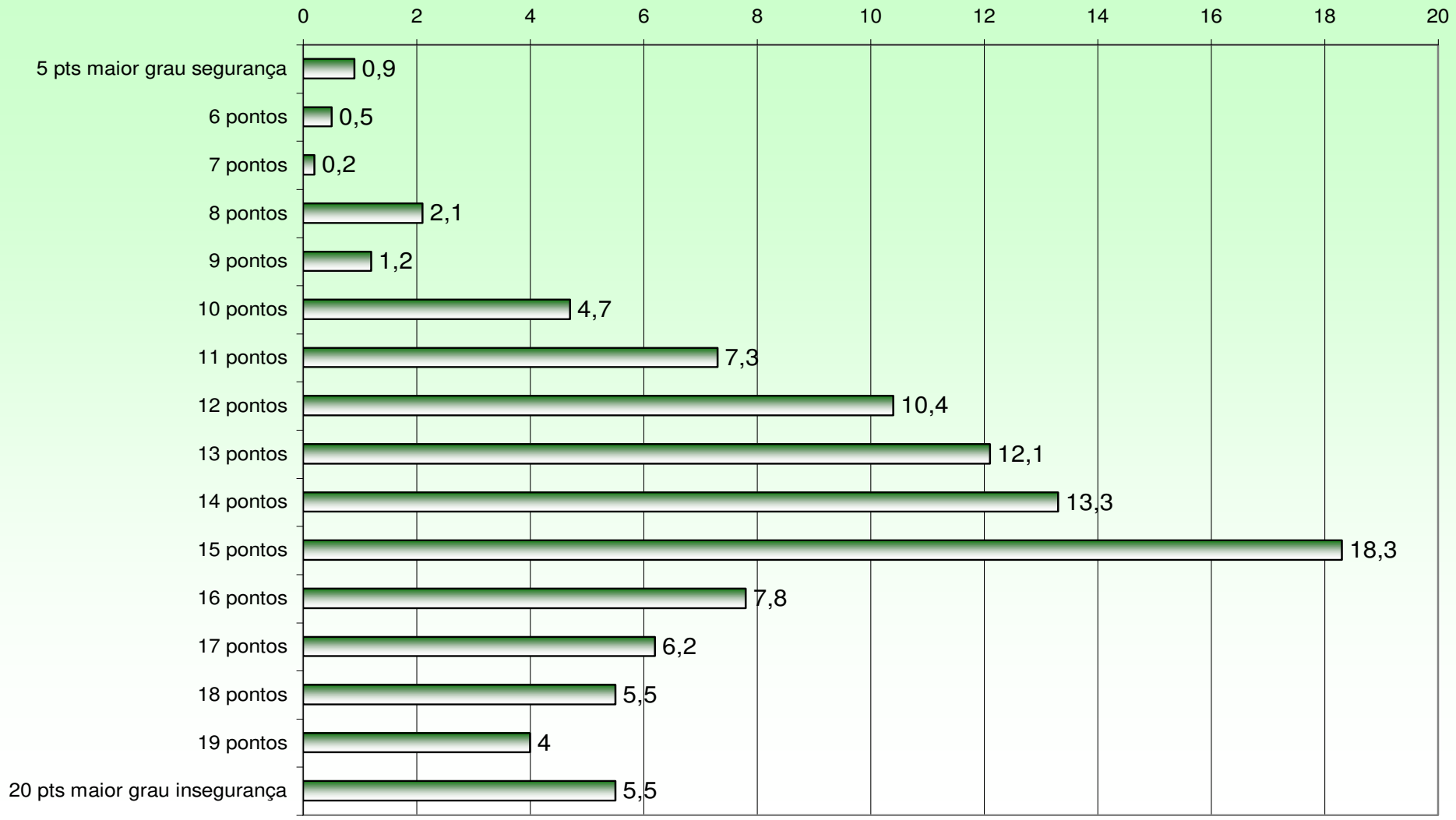




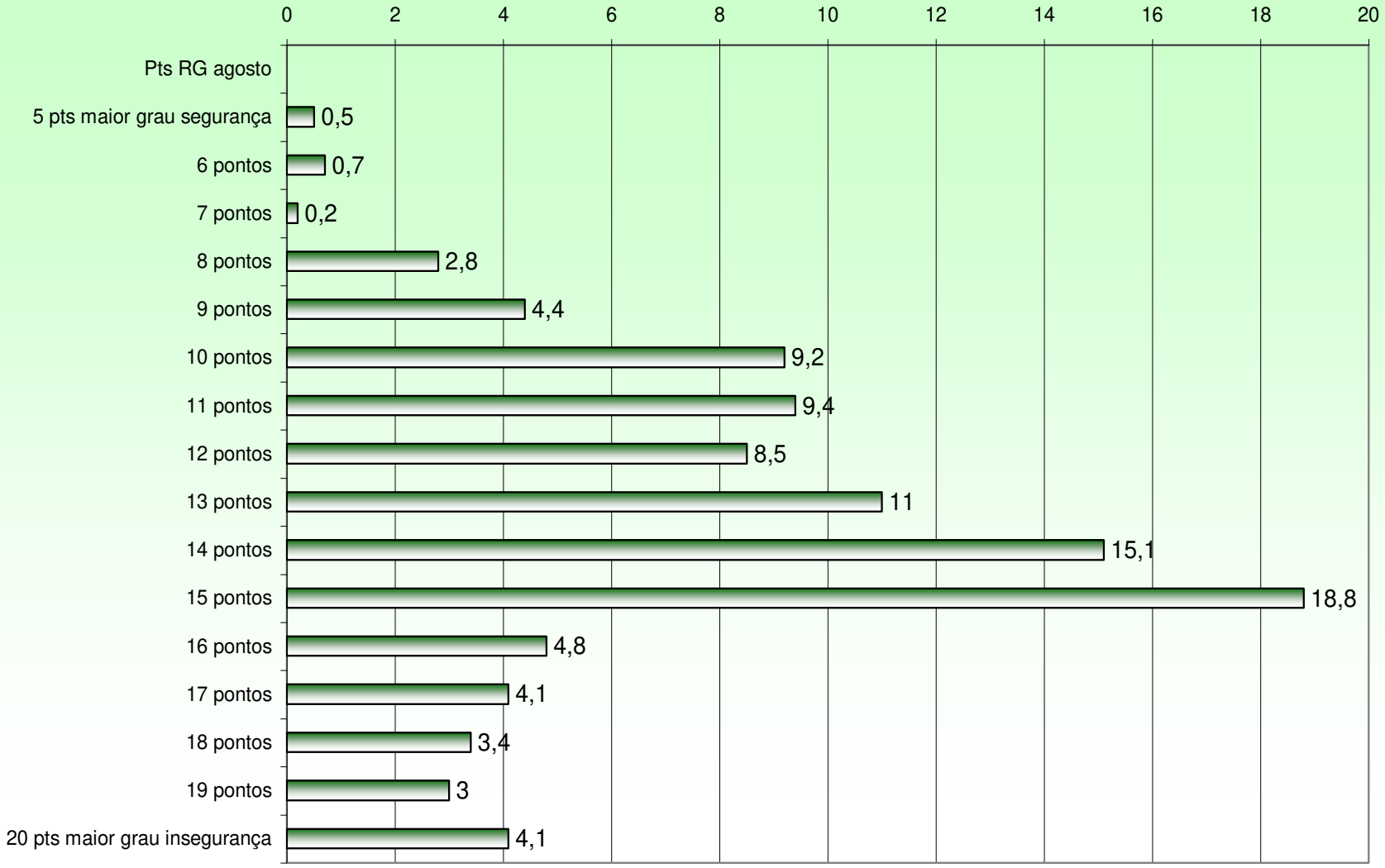
Pontuação do grau de sensação de insegurança da população da cidade de **Pelotas** em **maio** /03 (%)



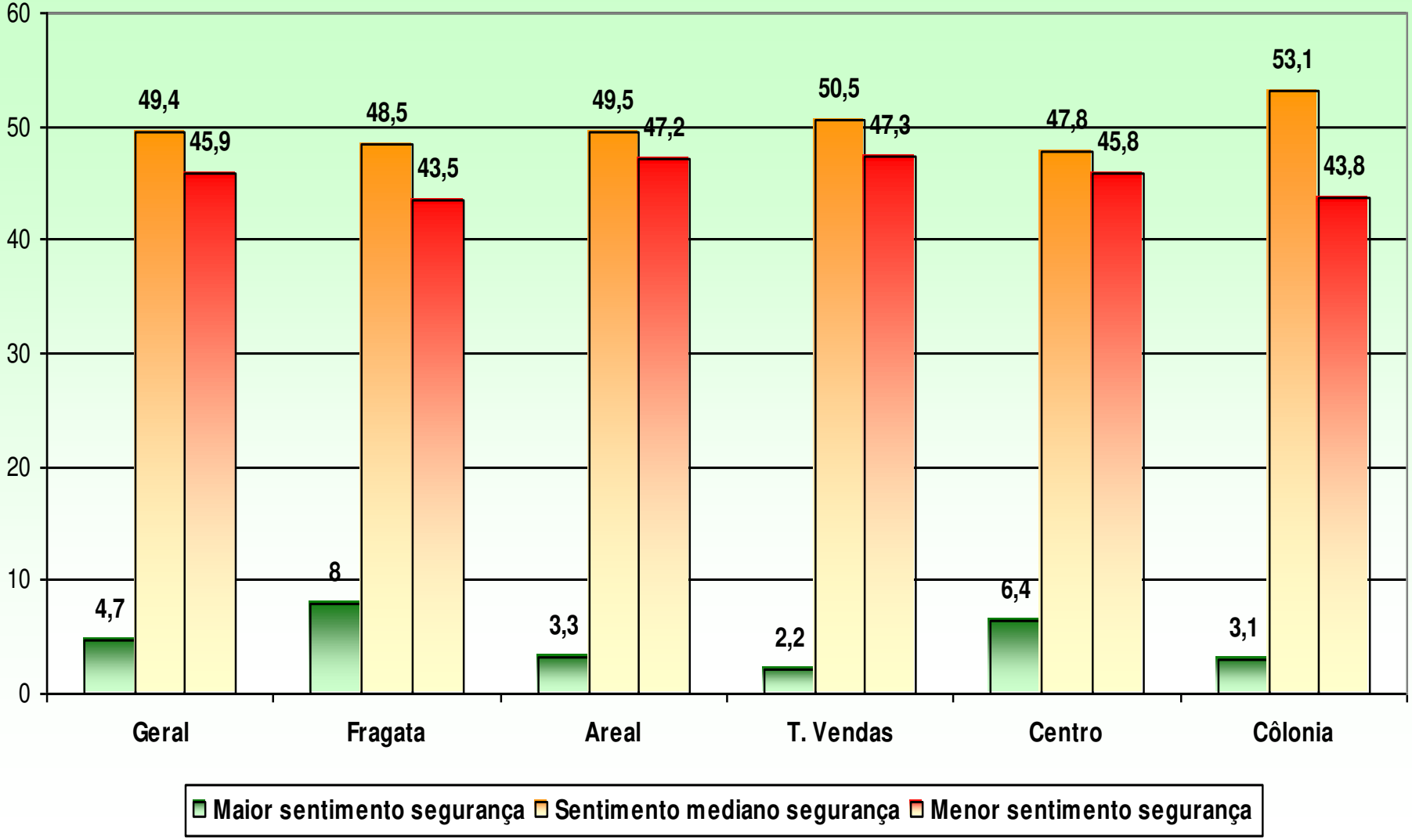
Pontuação do grau de sensação de insegurança da população da cidade de **Pelotas** em **agosto** /03 (%)



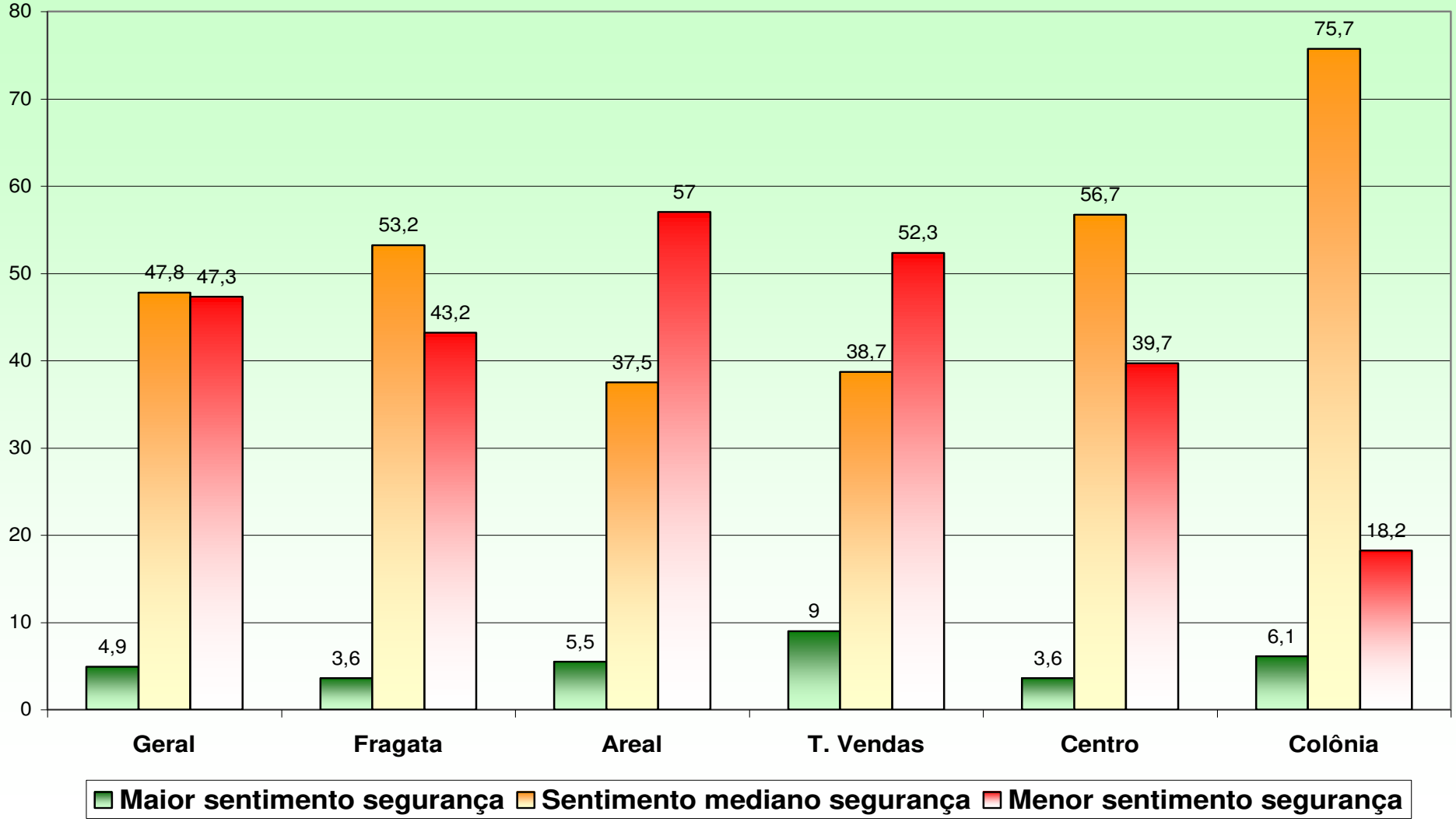
Pontuação do grau de sensação de insegurança da população da cidade de **Rio Grande** em **agosto** /03 (%)



Grau de insegurança geral da população de **Pelotas** no mês de **maio**, análise por bairros



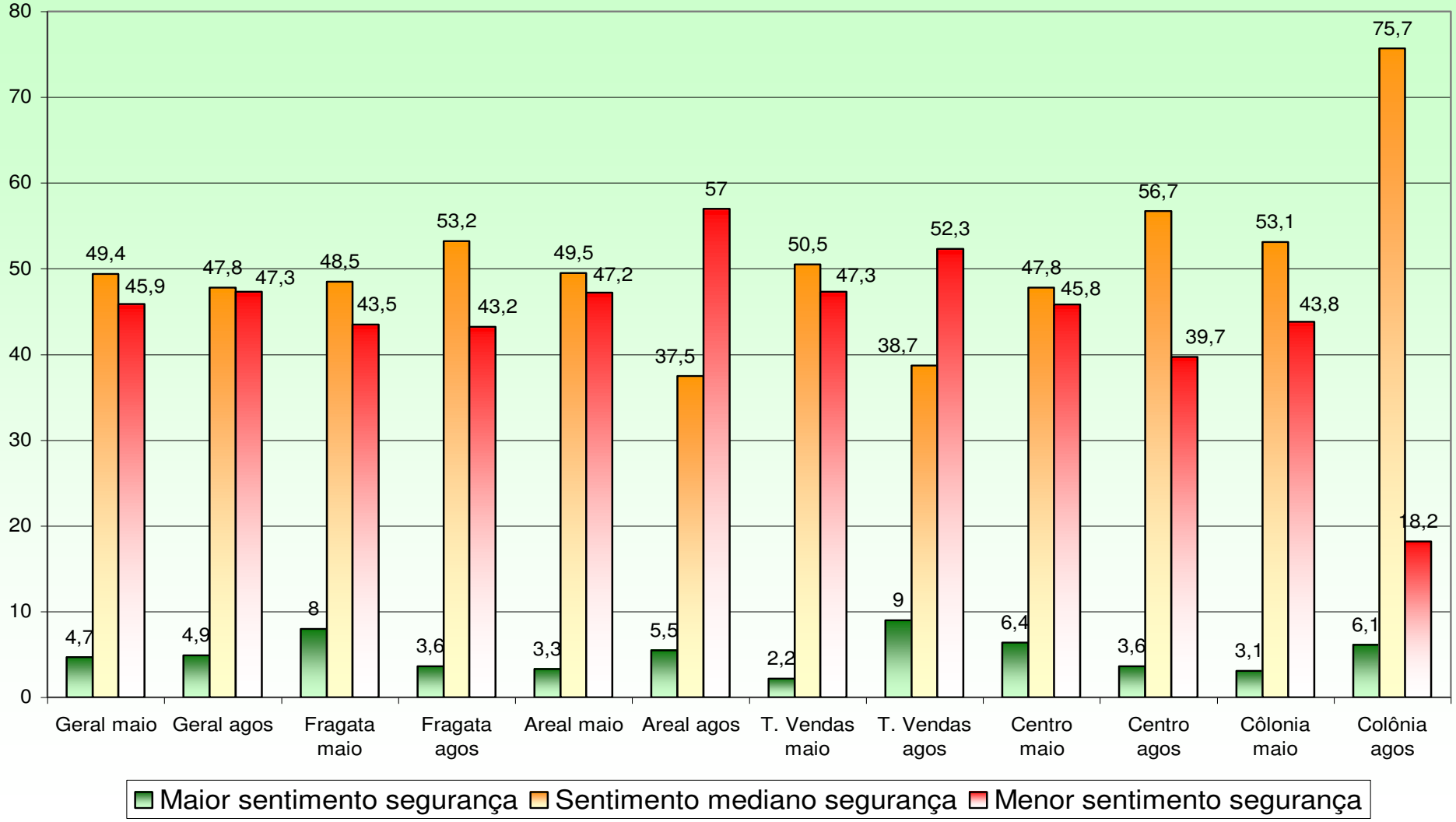
Grau de insegurança geral da população de **Pelotas** no mês de **agosto**, análise por bairros



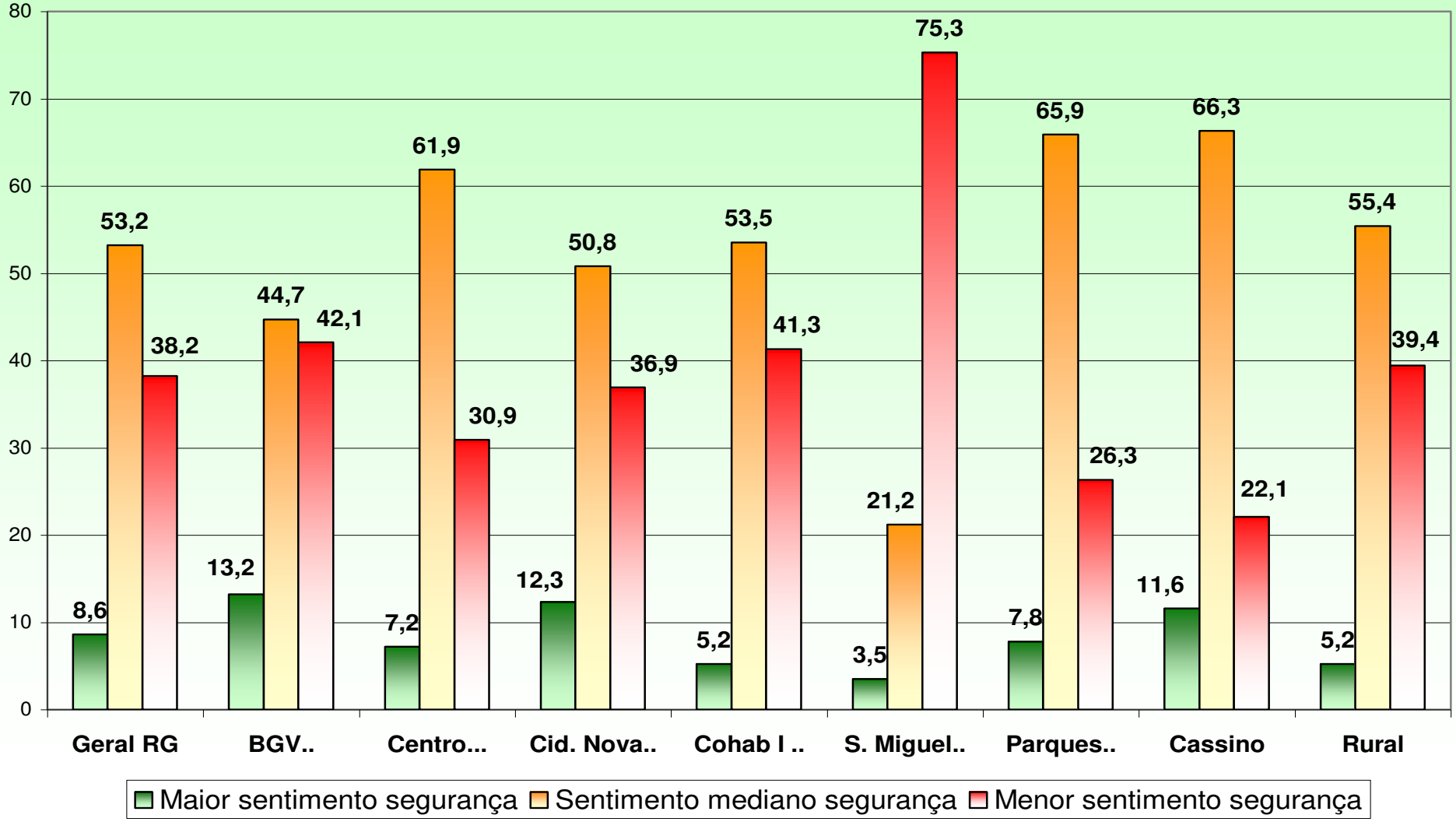
Sentimento insegurança comparativo em Pelotas nos meses de maio e agosto de 2003

- Os dados indicam em maio uma distribuição equânime entre o sentimento mediano e negativo em todos os bairros de Pelotas. Os dados de agosto demonstram um crescimento da percepção negativa, em especial, nos bairros Areal e Três Vendas.
- Com base nos dados de Pelotas e Rio Grande pode-se observar que o sentimento de insegurança é sempre maior nos bairros que apresentam um maior contingente de população carente.

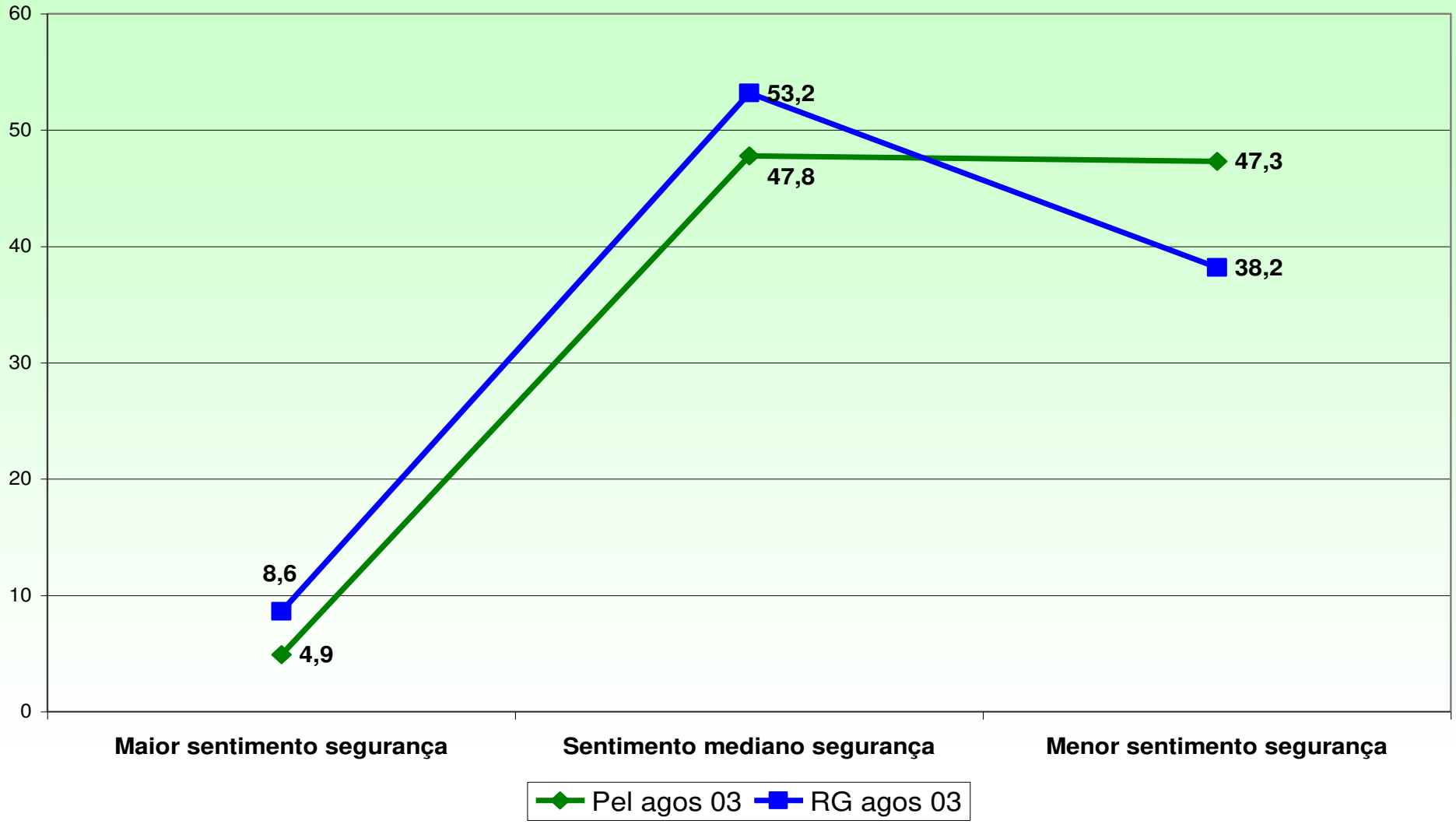
Grau de insegurança comparativo da população de **Pelotas** dos meses de **maio e agosto**, análise por bairros



Grau de insegurança geral da população de **Rio Grande** no mês de **agosto**, análise por bairros



Análise comparativa do sentimento de segurança das cidades de Pelotas e Rio Grande - RS



Repressão X prevenção

- As reações das autoridades em relação ao aumento da violência tendem a procurar aumentar as escalas punitivas (da repressão) e tendem menos à formulação de um elenco de políticas sistemáticas de prevenção.
- Estas políticas poderiam ampliar a eficiência do aparelho policial na prevenção e detecção de atores criminosos, tornando mais rápida e eqüitativa a decisão judiciária, diminuindo o coeficiente de reincidência e reduzindo a taxa de criminalidade, garantindo, assim, a segurança pública nas cidades.

O Policiamento Comunitário

- O policiamento preventivo comunitário baseia-se na prevenção de pequenos delitos, na mediação de conflitos a na regração da convivência no espaço público, ou seja, uma nova versão consensual e coletiva da ordem.
- Neste contexto o policial é um “organizador” (na prevenção de distúrbios, na negociação do conflitos e no processo de “conhecimento” da vida cotidiana da população) e o sucesso depende do grau de adesão/ participação da comunidade. As principais tarefas do policial comunitário concentram-se:

  - na construção de laços de confiança (visando o aumento da legitimidade policial e a diminuição da legitimidade do chefes do crime).

  - na obtenção, progressiva e longitudinal, de informações a respeito do cotidiano da população local, identificando *quem é quem*.

  - na implementação de estratégias preventivas em espaços residenciais e/ou comerciais da localidade;

  - no trabalho educativo e informativo que visa ensinar técnicas de segurança e alertar para as situações maximizadoras de riscos;

  - na conscientização da comunidade acerca dos limites legais e operacionais da atuação policial, reduzir medos genéricos e exagerados e assim por diante...

O principal público de interlocução

- Professores, diretores de escola e representantes de círculos de pais e mestres...
- Padres, pastores e outros membros de congregações religiosas...
- Jornaleiros, pipoqueiros, proprietários de bares, armazéns, mini-mercados....
- Associação de moradores, clube de mães, representantes políticos...

Características necessárias

- As principais características do policiamento comunitário centram-se na capacidade de observação e compilamento das informações a fim de compreender a rede de relações da comunidade e na adaptabilidade do policial às demandas de resolução dos principais problemas da comunidade.
- O principal entrave concentra-se na inexperiência e na fraca capacidade dos policiais para lidar com outras lógicas organizativas que não as tradicionais do quartel.

A autonomia do policial comunitário

- O modelo de patrulha comunitária pressupõe um grau elevado de autonomia do policial de ponta: deixando de ser um mero “cumpridor de ordens”, este passa a exercer, sob supervisão, as tarefas de identificar e analisar problemas, organizar a comunidade, planejar e implementar soluções.
- Um maior grau de autonomia é necessária para:

a) Possibilitar o trabalho interativo dos policiais junto à comunidade;

b) Modernizar a cultura institucional , diminuindo as causas de ineficiência da rigidez regimental e da excessiva centralização.

O suporte operacional do policiamento comunitário

- As principais necessidades organizativas e administrativas no interior da PM a fim de garantir o sucesso do policiamento comunitário são:
  - Logística e planejamento;
  - Articulação/ comunicação entre companhias no interior do batalhão;
  - Eficiência dos serviços internos responsáveis por esta articulação;
  - Estrutura de levantamento, distribuição e processamento de informações;
  - Escalas de trabalho sincronizadas;
  - Fluidez na relação hirerárquica-burocrática;
  - Investimentos na qualificação e reciclagem dos policiais de ponta;
  - Critérios de avaliação de desempenho.

O desafio do “novo”

- Desenvolver um policiamento comunitário é justamente provocar a melhoria dos serviços policiais, facilitando assim, sua modernização. Ao se introduzir na velha estrutura um segmento polivalente e interativo movimenta-se, em certa medida, todo o esquema institucional:

  - testa a capacidade de respostas de outros segmentos e das divisões internas;

  - incorpora-se novas fontes e tipos de informações a serem processadas e distribuídas;

  - exigem-se outros critérios de avaliação;

  - flexibilizam-se os mecanismos de controle;

  - abre-se o interior da corporação a olhares externos (de representantes da comunidade, movimentos sociais, imprensa...).

Site: www.ipo.inf.br